



## **DIÁLOGOS SOBRE A CRUZADA ANTIABORTO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA E OS ESFORÇOS PARA A AMPLIAÇÃO DO ACESSO E QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA PARA O ABORTO PREVISTO EM LEI**

Dialogues about the anti-abortion crusade in Brazil and Latin America and efforts to expand access and qualification of abortion assistance provided by law

**Angela Ester Ruschel<sup>1</sup>**

**Camila Giugliani<sup>2</sup>**

**Claudia Prates<sup>3</sup>**

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A dinâmica proposta foi de uma Roda de Conversa, abordando temas relacionados ao aborto legal no Brasil e a realidade vivida pelas mulheres que gestam, diante da decisão de não seguir com a gestação. Os disparadores da conversa foram recortes de textos de três importantes produções, sendo dois livros e uma tese de doutorado: 1. Violência Sexual e Aborto Legal no Brasil: Fatos e Reflexões (autoras/es: Camila Giugliani, Angela Ester Ruschel, Gregório Corrêa Patuzzi e Maura Carolina Belomé da Silva); 2. Entre a Cruz e a Espada (autora: Cleidi Pereira); 3. Racismo, aborto e atenção à saúde: uma perspectiva interseccional (autora: Emanuelle Freitas Góes). A roda de conversa intercalou momentos de leitura e de falas reflexivas entre os participantes, numa dinâmica coordenada pelo Fórum Aborto

<sup>1</sup> Psicóloga do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. Mestre em Saúde Coletiva. Integrante do Fórum Aborto Legal. E-mail: angelaer@gmail.com

<sup>2</sup> Médica de Família e Comunidade. Professora da Faculdade de Medicina da UFRGS. Integrante do Fórum Aborto Legal do RS. E-mail: giugli@hotmail.com

<sup>3</sup> Educadora popular. Militante feminista da Marcha Mundial de Mulheres. Integrante do Fórum Aborto Legal do RS. E-mail: claudiarbprates@gmail.com

# VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



Legal RS. Participaram da atividade 30 congressistas de diferentes filiações e locais de origem, oportunizando um amplo debate. A ONG Católicas pelo Direito de Decidir fez a abertura do trabalho com a canção Carne de Rã<sup>4</sup> e apresentou o lançamento da Cartilha "Justiça Reprodutiva e Religião"<sup>5</sup>.

O trabalho realizado pelo Fórum Aborto Legal do RS foi apresentado aos participantes, bem como um breve relato das ideias e ações desenvolvidas por este coletivo desde 2016. Sua organização se deu pela percepção de uma demanda social de inclusão do tema aborto no espaço político e de saúde pública e, já nas primeiras discussões, percebeu-se o quanto as estruturas públicas designadas para o atendimento a situações de aborto, já previstas em lei, eram desconhecidas. Assim, inicialmente, o foco do grupo de trabalho que constituiu o Fórum foi organizar um Colóquio sobre Aborto Legal no estado do Rio Grande do Sul, como forma de mapear e entender que serviços existiam e como estavam funcionando. A partir de então, a cada ano, esse evento se repetiu até 2018 (tendo sido adaptado no período da pandemia para um trabalho online), avançando para um aprofundamento das relações com os serviços de saúde, formação profissional e divulgação da informação sobre o direito ao aborto legal no Brasil. Cada colóquio desenvolveu um tema específico, criando novas propostas de ações e projetos, no intuito de ampliar o acesso das mulheres ao procedimento do aborto, dentro dos permissivos legais brasileiros.

O Fórum Aborto Legal RS é constituído por diferentes setores da sociedade que vão desde organizações feministas, profissionais de saúde pública e professoras(es) universitárias(os), numa importante formação multiprofissional. Atualmente, o Fórum é também registrado como Ação de Extensão na Universidade

<sup>4</sup> MULAMBA – Carne da Rã. **Católicas pelo Direito de Decidir**, 4 set. 2019. 1 vídeo (2min59s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=XRxw8W\\_7FOg&ab\\_channel=Cat%C3%B3licaspeeloDireitodeDecidir](https://www.youtube.com/watch?v=XRxw8W_7FOg&ab_channel=Cat%C3%B3licaspeeloDireitodeDecidir). Acesso em: 26 set. 2023.

<sup>5</sup> ANGELINI, Carla; ROCHA, Letícia; KIKUCHI, Priscila. **Justiça Reprodutiva e Religião: Algumas ideias**. Jundiaí: Max Editora; Católicas pelo Direito de Decidir, 2023. Disponível em: <https://catolicas.org.br/books/justica-reprodutiva-e-religiao-algumas-ideias/> Acesso em: 29 set. 2023.



Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mantendo reuniões mensais que são chamadas de plenárias. Seu objetivo principal é articular ações concretas para melhorar o acesso das mulheres à informação e qualificar o atendimento nos casos de aborto previsto em lei no Rio Grande do Sul.

Um dos projetos desenvolvidos neste Fórum foi a publicação do Livro *Violência Sexual e Direito ao Aborto Legal: Fatos e Reflexões*, proposto como parte da discussão desta oficina. O projeto foi escolhido como de relevância pública e produzido pela Editora Fiocruz na coleção *Temas de Saúde* no ano de 2021. Esta obra traça um panorama sobre os conceitos e conteúdos fundamentais no que se refere a saúde sexual e reprodutiva, com foco no direito ao aborto. Traz análises e reflexões aprofundadas sobre as principais questões que envolvem os problemas que as mulheres enfrentam em caso de uma gravidez decorrente de violência sexual, ilustrando essas situações de diversos modos e também apresentando experiências de trabalhos bem-sucedidos de outros lugares do Brasil nesse atendimento.

### **FALANDO SOBRE O ABORTO: DAS ESCRITAS RECORTADAS AOS RELATOS DA VIDA COTIDIANA**

A roda de conversa se deu a partir de recortes de trechos das obras acima mencionadas, que foram impressos em cartões e deixadas no centro da sala, como disparadores do debate. As(os) participantes foram incentivados a compartilhar a leitura dos respectivos textos, com comentários e/ou experiências a respeito, o que oportunizou um amplo debate, cujos principais aspectos serão aqui descritos.

Partiu-se da contextualização dos diferentes marcos legais nos países da América Latina, principalmente do Brasil, Argentina e Uruguai. Comparativamente, o Brasil é o país com leis mais restritivas e no qual o aborto ainda é criminalizado, podendo ser realizado em apenas três situações: risco de morte da mulher; estupro e anencefalia. E mesmo nesses três permissivos legais, o acesso ao procedimento é negligenciado pelo Estado e repleto de barreiras. Enquanto no Uruguai e na Argentina



a descriminalização amplia o direito das mulheres, no Brasil assistimos a diversas tentativas de retrocesso e pouca discussão do problema como questão de saúde pública. Na obra *Entre a Cruz e a Espada*, Cleidi Pereira demonstra que a criminalização não impede a realização do aborto, mas sim cria um cenário clandestino que coloca em risco a vida das mulheres e que isso ocorre, majoritariamente, nos países mais pobres:

Todos os anos, são realizados aproximadamente 55,7 milhões de abortos em todo o mundo, sendo que quase metade destes procedimentos são feitos sob condições inseguras. A América Latina concentra o segundo maior volume de interrupções de gravidez (6,42 milhões), mas é a primeira em taxa de abortos inseguros (76,5%), o que contribui para os elevados índices de mortalidade materna. Estima-se que 32% de todas as gestações na região acabem sendo interrompidas... as mulheres mais penalizadas são justamente as que vivem em países pobres ou em desenvolvimento, onde as legislações permanecessem restritivas, embora a ineficácia das mesmas já tenha sido comprovada por inúmeros estudos. Outra consequência destas normas punitivas são as altas taxas de gravidez na adolescência, um dos fatores que está relacionado com a chamada reprodução intergeracional da pobreza.<sup>6</sup>

Paradoxalmente, o que se observa nos países em que o aborto foi descriminalizado é uma queda no número de procedimentos realizados, diz a autora:

Há na literatura estudos que associam legislações liberais a menores taxas de aborto. Se esse também será o caso do Uruguai, ainda é cedo para afirmar. De qualquer forma, a lei sozinha não faz milagre... (no caso do Uruguai) Seis anos após a promulgação da lei de interrupção voluntária de gravidez, o país registra uma tendência de estabilidade nos números de procedimentos realizados, conforme dados divulgados em março de 2018 pelo Ministério da Saúde Pública.<sup>7</sup>

Segundo a autora, tanto no Uruguai, quanto na Argentina, os cenários políticos oportunizaram o avanço na conquista dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, o que não ocorreu no cenário brasileiro, que se mostra em defasagem, comparado aos países vizinhos.

<sup>6</sup> PEREIRA, Cleidi. **Entre a Cruz e a Espada**: a (des)penalização do aborto na América Latina. Florianópolis: Editora Insular, 2021. p. 17.

<sup>7</sup> PEREIRA, 2021, p. 77-78.



Em comparação com os países vizinhos, o Brasil possui historicamente, um nível de desigualdade social mais acentuado, que não somente prejudica a solidariedade entre as classes – um requisito fundamental para as políticas de legalização do aborto, segundo Blofield – como também grava a prática clandestina como problema de saúde pública. No entanto, o que se verifica no caso brasileiro é a paralisia decisória: os projetos são apresentados, mas não avançam e sequer chegam a ser amplamente debatidos pela sociedade ou Congresso.<sup>8</sup>

Outro recorte que causou mobilização na discussão proposta foi a dinâmica social de naturalização e invisibilização da violência sexual contra as mulheres. A descrição de dados de uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2016, apontando que um terço da população concorda com a afirmação de que mulheres que usam roupas provocativas não podem reclamar se forem estupradas, causou impacto nas(os) participantes. O julgamento moral que questiona o passado da mulher, o seu comportamento ou aspectos de sua vida afetiva e sexual, acaba por tentar responsabilizar a vítima pela violência sofrida.

A mesma pesquisa mostrou que 42% dos homens e 37% das mulheres acreditam que 'mulheres que se dão ao respeito não são estupradas' (FBSP, 2016). Por outro lado, é interessante o dado que evidencia que 85% das mulheres brasileiras e 46% dos homens têm medo de sofrer alguma agressão sexual, o que demonstra um paradoxo entre um fenômeno naturalizado e a percepção do risco em relação a ele.<sup>9</sup>

Como consequência dessa banalização da violência, o que se percebe é uma maior dificuldade das mulheres em buscar ajuda após um estupro ou diante de uma gravidez decorrente dessa situação. O medo, a vergonha e a preocupação com os julgamentos que serão feitos a seu respeito são importantes barreiras no acesso aos cuidados de saúde e exercício do direito ao aborto.

A banalização da violência sexual, base da cultura do estupro e demonstrada pela culpabilização das vítimas, está profundamente arraigada no entendimento social. Em reflexo, as mulheres demonstram dificuldade para

<sup>8</sup> PEREIRA, 2021, p. 140.

<sup>9</sup> GIUGLIANI, Camila *et al.* **Violência Sexual e o Direito ao Aborto Legal no Brasil: Fatos e Reflexões**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 23.



buscar ajuda e preocupação com os julgamentos que serão feitos a seu respeito.<sup>10</sup>

Outro aspecto que dominou importante espaço da conversa foram os agravos causados pela interseccionalidade de raça/cor e classe social, que aparecem tanto na tese Racismo, aborto e atenção à saúde: uma perspectiva interseccional de Emanuelle Góes, quanto no livro de Camila Giugliani *et al.*

Quanto às barreiras pessoais na busca de cuidados para o primeiro atendimento pós-aborto as mulheres pretas e pardas apresentam maiores dificuldades e estão expostas à situação de vulnerabilidades. Comparativamente às brancas, as mulheres pretas citaram como principais barreiras 'não ter dinheiro para transporte' e 'medo de ser maltratada no serviço', e as pardas 'não ter com quem deixar os filhos'. Mulheres negras, relativamente às brancas chegaram em piores condições de saúde ao hospital e informaram ter enfrentado barreiras institucionais para internação, por todos os motivos analisados.<sup>11</sup>

Algumas mulheres possuem menos acesso à saúde do que outras, sofrem mais violência e morrem mais, devido a sua condição de raça/cor e classe social. A violência nos corpos das mulheres negras, pobres e moradoras das periferias é facilmente aceita e justificada pela sociedade:

As mulheres são o alvo perfeito para o controle e a regulação dos corpos, tanto pelos aspectos biológicos da reprodução, quanto pelas questões pautadas nas relações desiguais de gênero e o patriarcalismo, e no caso das mulheres negras, isto se redobra visto que estas sofrem o impacto do racismo que é um determinante estruturante em suas vidas.<sup>12</sup>

São determinantes sociais de saúde que envolvem cor, classe, sexualidade ou qualquer outra característica que a classifique como pessoa de sub direitos. Ao mesmo tempo, há uma falta, na sociedade, de espaços e/ou planejamento de ações que contemplem a educação sexual com o objetivo de pensar a realidade produzida e repensar as relações de gênero, as desigualdades sociais e de acesso aos direitos.

<sup>10</sup> GIUGLIANI, 2021, p. 24.

<sup>11</sup> GOES, Emanuele Freitas. **Racismo, aborto e atenção à saúde: uma perspectiva interseccional.** 2018. 105 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. p. 8.

<sup>12</sup> GOES, 2018, p. 30.



A produção de vulnerabilidades se dá também pela falta de informações e pela precariedade da rede de serviços de saúde.

[...] a violência sexual e o aborto são problemas de saúde pública e são nitidamente agravados pela incapacidade dos países em garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres com políticas públicas de abordagem integral. O panorama epidemiológico descrito, tanto mundial quanto nacional, coloca a problemática do aborto como uma questão complexa, com implicações médicas, sociais, culturais, éticas e, sobretudo, políticas. É um assunto considerado tabu, que gera polêmica pelos dissensos que provoca.<sup>13</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta foi nossa segunda participação no Congresso de Gênero e Religião. E reiteramos a percepção da importância de levar o debate franco e aberto sobre o aborto também nos espaços de fé, partilhando experiências e debatendo questões relevantes para a vida das mulheres: sua saúde e autonomia.

Acreditamos que, para seguirmos avançando, as políticas públicas e as práticas cotidianas nos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência sexual e aborto legal são estratégias fundamentais. Além disso, o movimento feminista, sempre vigilante e atuante para a manutenção dos direitos, ampliação e qualificação do acesso e a difusão das informações, tem se mostrado cada vez mais fundamental para alcançar a sociedade como um todo e, principalmente, as mulheres periféricas e mais vulneráveis.

Ressaltamos a importância dessa discussão em nossa sociedade e entre as mulheres de fé, visto que o aborto é um evento comum na vida das mulheres. E de acordo com dados recentes da Pesquisa Nacional do Aborto no Brasil<sup>14</sup>, mais de 80% dos abortos são feitos por mulheres que têm uma religião, sendo a sua grande maioria católicas ou evangélicas. Isso demonstra que mulheres de fé também abortam quando não querem ou não podem seguir com uma gestação. Além disso, o estigma

<sup>13</sup> GIUGLIANI, 2021, p. 57.

<sup>14</sup> DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto – Brasil, 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 28, n. 6, p. 1601-1606, 2023.



decorrente da criminalização dificulta o acesso ao procedimento nos casos em que a lei permite sua realização: risco de vida da mulher, gestação de fetos anencéfalos (incompatíveis com a vida extra-uterina) e gravidez decorrente de estupro. A discussão produzida nesta oficina aponta para a construção de uma consciência coletiva sobre a necessidade de tratar o tema do aborto como uma questão de saúde pública, fundamental para o avanço na equidade de gênero em nosso país. Esta é uma luta de todas(os)!

## REFERÊNCIAS

ANGELINI, Carla; ROCHA, Letícia; KIKUCHI, Priscila. **Justiça Reprodutiva e Religião: Algumas ideias**. Jundiaí: Max Editora; Católicas pelo Direito de Decidir, 2023. Disponível em: <https://catolicas.org.br/books/justica-reprodutiva-e-religiao-algumas-ideias/> Acesso em: 29 set. 2023.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto – Brasil, 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 28, n. 6, p. 1601-1606, 2023.

GIUGLIANI, Camila *et al.* **Violência Sexual e o Direito ao Aborto Legal no Brasil: Fatos e Reflexões**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

GOES, Emanuele Freitas. **Racismo, aborto e atenção à saúde: uma perspectiva interseccional**. 2018. 105 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MULAMBA – Carne da Rã. **Católicas pelo Direito de Decidir**, 4 set. 2019. 1 vídeo (2min59s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=XRxw8W\\_7FOg&ab\\_channel=Cat%C3%B3licas%20peloDireitodeDecidir](https://www.youtube.com/watch?v=XRxw8W_7FOg&ab_channel=Cat%C3%B3licas%20peloDireitodeDecidir). Acesso em: 26 set. 2023.

PEREIRA, Cledi. **Entre a Cruz e a Espada: a (des)penalização do aborto na América Latina**. Florianópolis: Editora Insular, 2021.